

João Gomes Cravinho

Ministro da Defesa Nacional

Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, na Cerimónia de Entrega do 28º Prémio Defesa Nacional e Ambiente

Centro de Informação Geoespacial do Exército, 14 de março de 2022

As minhas primeiras palavras são para felicitar o Centro de Informação Geoespacial do Exército pelo 28º Prémio Defesa Nacional Ambiente. Parabéns! Todos os colaboradores desta instituição, e o próprio Exército, podem e devem ter orgulho neste prémio.

O Centro de Informação Geoespacial é herdeiro das centenárias tradições cartográficas militares portuguesas, mas tem sabido inovar e adaptar-se às necessidades e desafios do futuro. O seu contributo exemplar para a integração das preocupações ambientais na atividade militar, com a instalação de uma unidade de produção de eletricidade para autoconsumo que já reduziu em cerca de 13% a energia elétrica consumida, é mais um exemplo desse espírito inovador e dessa capacidade de olhar em frente. Lembro, aliás, que o Centro Geoespacial recebeu há vários anos este mesmo Prémio, pela implementação de um Sistema de Gestão Ambiental, o que demonstra o seu papel pioneiro e a sua preocupação consistente com os objetivos que aqui hoje nos reúnem.

No atual contexto geopolítico tão complexo, com uma guerra na Europa a transformar de forma irreversível a ordem de segurança internacional, o desafio das alterações climáticas e o seu impacto na segurança global, e em concreto nas operações militares e de apoio a emergências civis, corre o risco de ser remetido para as margens da nossa consciência, mas é vital que permaneça no centro das nossas preocupações.

Aliás, este mesmo conflito é bem revelador do risco para a segurança europeia da dependência energética de terceiros, como a Rússia, num setor estratégico que é fundamental para a proteção dos cidadãos e da nossa qualidade de vida.

Temos urgentemente de alterar este modelo de dependência, dando prioridade acelerada à diversificação de fontes de energia com recurso a parceiros internacionais confiáveis, à eficiência na sua utilização e à redução da dependência de

energias fósseis, que nos tornam extremamente vulneráveis a alterações geopolíticas e geoeconómicas como as que atravessamos.

Esta responsabilidade extravasa em muito o plano da Defesa Nacional, constituindo uma tarefa verdadeiramente global, na qual, aliás, a União Europeia assume um papel liderante. O Prémio que hoje atribuímos sinaliza, precisamente, o alinhamento da candidatura vencedora com as prioridades e as medidas estabelecidas no Pacto Ecológico Europeu relativas à neutralidade carbónica, à eficiência de recursos e à utilização de fontes de energia renováveis para autoconsumo.

Mas, como tive oportunidade de dizer em outubro, aquando da edição anterior deste Prémio, o trabalho da Defesa não se pode deter por aqui. Não se trata apenas, e esse é já um trabalho enorme, de incorporar as metas da neutralidade carbónica nas nossas missões e operações. Precisamos também de incorporar na missão da Defesa nacional e nas nossas parcerias internacionais a compreensão de que as

alterações climáticas são um fator de aceleração de conflitos com um enorme impacto e potencial disruptivo para as nossas sociedades e para a segurança coletiva.

Temos de integrar no nosso planeamento e na nossa cultura estratégica a noção de que as alterações climáticas são propiciadoras de catástrofes naturais que, com muita probabilidade, levarão à multiplicação de missões de emergência civil, em Portugal e noutras partes do mundo, missões nas quais as Forças Armadas serão cada vez mais chamadas a desempenhar um papel fundamental de apoio.

Esta compreensão é hoje claramente assumida na NATO e na Política Comum de Segurança e Defesa da União Europeia. Portugal orgulha-se de ter dado o seu contributo durante a Presidência Portuguesa, ao estabelecer, como uma das suas prioridades, a ligação entre o clima e a defesa, e com resultados visíveis. Atualmente, quer na Bússola Estratégica da UE, que será aprovada na próxima semana em Bruxelas, quer no novo conceito estratégico da NATO, que será

aprovado em junho, é bem visível a urgência de produzir orientações estratégicas que levem em conta a realidade climática e a necessidade de adaptar as nossas missões e operações a essa nova realidade.

Aproxima-se o marco de 30 anos do Prémio Defesa Nacional e Ambiente e é com orgulho que constato que a Defesa Nacional acompanhou os esforços da sociedade portuguesa para a promoção da sustentabilidade ambiental, estando em linha com as políticas nacionais e internacionais em matéria de ambiente e clima.

Tal tem sido possível graças à parceria pioneira que temos mantido com o Ministério do Ambiente ao longo destes anos. É com enorme satisfação que vejo esta parceria a crescer e a expandir-se, e espero que o Ministério da Defesa possa continuar a contar com a colaboração do Ministério do Ambiente, que aqui saúdo na pessoa do Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática.

É para nós evidente que o compromisso da Defesa Nacional com a sustentabilidade ambiental e a redução da sua “pegada” ambiental deve continuar a ser aprofundado, razão pela qual revimos há 2 anos a Diretiva Ambiental para a Defesa Nacional e o seu plano de ação, cuja implementação corre a bom ritmo, com um programa transversal de iniciativas em curso nos Ramos e nos Serviços centrais e outras entidades deste Ministério.

Também a Lei de Bases do Clima, publicada no final do ano passado, destaca a importância da relação entre a segurança climática e a Defesa. Faz sentido, portanto, que os projetos estruturais da Defesa inscritos no Plano de Recuperação e Resiliência contribuam para os grandes objetivos nacionais em matéria ambiental, desde logo, com o reforço do investimento para o apoio militar na vigilância, controlo e combate a incêndios rurais.

A adaptação às alterações climáticas vai certamente assumir um papel central também no desenvolvimento tecnológico

para a defesa. Teremos de continuar a investir meios nacionais, europeus e da NATO em projetos colaborativos entre as Forças Armadas, a indústria de defesa, e o sistema científico e tecnológico nacional, para desenvolver inovação tecnológica de ponta em matéria ambiental aplicada às capacidades militares.

Finalmente, não posso deixar de lembrar que as últimas duas edições do Prémio Defesa Nacional e Ambiente foram marcadas por uma pandemia que alterou o nosso dia-a-dia e exigiu um forte empenhamento das Forças Armadas. Ainda assim, os Ramos não deixaram de apresentar candidaturas que demonstram o excelente trabalho que continuaram a fazer na área da sustentabilidade ambiental, como bem o revela o Prémio de hoje.

Obrigado também à Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional pelo entusiasmo e empenho que manteve na organização anual desta iniciativa, não a deixando esmorecer ao longo destes 28 anos.

Estou confiante em que continuaremos a contar com o envolvimento comprometido de todas e de todos para fazer este caminho estratégico essencial, que consiste em evitar que as crises ambientais se transformem em crises securitárias. E para que a Defesa Nacional permaneça, também nesta matéria, uma área governativa de referência para a sociedade portuguesa.

Muito obrigado.